

Timor-Leste
 Conselho Nacional da Resistência Maubere-CNRM
 Conselho Executivo da Luta da Frente Armada-CEL/FA

A Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, Dr.
 Mário Soares-Lisboa-Portugal.

Senhor Presidente da República
 Excelência

Antes de mais permita que, em nome do Conselho Executivo da Luta-o órgão executivo do CNRM que dirige a luta na Frente Armada da Resistência, em nome das FALINTIL e, como membro do CNRM, Vos transmitíssemos em nome do martirizado povo timorense, as mais cordiais saudações e os melhores cumprimentos com ^{votos} de muita confiança e esperança de ^{que} Portugal saberá honrar continuamente os seus deveres políticos e morais com relação ao povo timorense e o seu futuro político.

Através desta carta desejamos informar a S.Ex.cia o Sr. Presidente da República, a situação da Resistência no interior de Timor-Leste, após a captura dos nossos líderes máximos e as nossas principais preocupações quanto a necessidade de se encontrar, o mais cedo possível, uma solução justa, global e duradoura para a questão timorense, pondo fim os sofrimentos do martirizado povo timorense.

Será uma exposição deficientemente apresentada, desornada e confusa, retratando, obviamente, a enorme teia das dificuldades que nos envolvem todavia, pela consciência que temos das responsabilidades que assumimos perante a luta, a pátria e o povo nos impõe a obrigação de vos escrever para transmitir os clamores mal contidos do nosso povo que, apesar do abandono internacional que vem vivendo ao longo desses anos de guerra, continua a olhar em Portugal como a sua tábua de salvação, porque acredita que os heróis do mar serão capazes de o salvar nesse imenso oceano da insulândia, perigosamente bravio e "traíçoeiro!"

Pelo facto, perdoe-nos a ousadia de vir importunar-Vos com esta pobre e mal feita mensagem que, para além de ser deficiente e confusa, não conhece regras de cortesia e civilidade porque os longos anos de guerra e de isolamento que vivemos do mundo exterior nos tornaram seres "grosseiros".

I-A captura dos nossos líderes máximos e os seus reflexos na situação interna da luta e no plano internacional

1-Nunca interessou ao governo indonésio o prolongamento do conflito em Timor-Leste por causa dos seus reflexos no plano interno e internacional.

Por isso mesmo, os invasores indonésios sempre procuram resolver o mais rapidamente possível o arrastado problema timorense pela via de solução militar, combinando a violência das armas com o terror...

/...

dos crimes praticados pela sua polícia politica-a fómôsa "INTEL", buscan-
do como condição premente, a exterminação total da guerrilha e a neutra-
lização efectiva da resistência popular nas suas retaguardas, o que lhe
permitiriam, melhor dito, lhes proporcionariam trunfos decisivos para a
sua acção diplomática e de sensibilização internacional, tendentes a re-
mover a questão timorense da agenda da ONU, tornando-a num facto consu-
mado e aceite, legitimando a sua ocupação.

As capturas sucessivas dos líderes máximos da guerrilha, nome-
adamente, o Comandante das PALINTIL, Xanana Gusmão e o seu sucessor, o Se-
cretário da Comissão Directiva da FRETILIN, Ma'Huno Bulerek Karathayano,
foram para os invasores indonésios a realização da sua maior cobiça,
constituindo-se no seu maior trunfo e no seu maior trofeu !

A repressão exercida sobre a resistência popular clandestina
antes, durante e na sequência da captura dos nossos líderes teve a capa-
cidade de dificultar enormemente a ligação e comunicação entre os membros
da Direcção ainda activos nas montanhas, entre a resistência armada e a
resistência clandestina e entre estas com a frente externa da resistên-
cia, tendo criado uma situação particularmente difícil, caracterizada pe-
lo "vazio da Direcção". Esta situação permitiu aos indonésios, jogarem
com as dúvidas e incertezas, pintar no exterior, uma imagem totalmente
deturpada e falsa da realidade da resistência no interior de Timor.

Jakarta procurou explorar no máximo a situação dos líderes
da guerrilha capturados e das dificuldades de comunicação vividas pela
resistência, no plano interno, para tentar convencer a comunidade inter-
nacional de que, com a captura sucessiva dos dirigentes máximos da resis-
tência, no terreno, a resistência contra a sua ocupação chegou ao auge do
seu total fracasso.

Trágicos foram na realidade os efeitos desses tristes aconte-
cimentos marcados com a captura dos nossos líderes e com a destrui-
ção total das nossas organizações de resistência popular nas retaguar-
das do inimigo, acontecimentos que reconhecemos ter produzido no exte-
rior uma imagem bastante sombria do futuro da resistência no plano in-
terno.

É verdade, Senhor Presidente, que a captura dos líderes máximos
da resistência, os mais intelectuais, influentes, estrategas e sábios
constituiu uma derrota estratégica de carácter decisivo para a luta to-
davia, ela não representou, de forma alguma, o fim da resistência à ocupa-
ção indonésia nem a negação do direito do nosso povo de escolher livre-
mente o seu futuro. No terreno, a resistência continua viva e activa em
todas as frentes de combate! Isto acontece porque a resistência em Timor-
-leste nunca foi restringida à luta armada nem à sua Direcção, muito em-
bora reconheçêssemos a importância do factor militar, como meio de pres-
são e o papel desempenhado pelos líderes capturados, em particular, por
Xanana Gusmão na resistência ^{como} reconhecido o SIMBOLO da resistência ti-

/...

morense. A resistência timorense contra a ocupação indonésia é uma resistência, acima de tudo, política, militar, económica, cultural e diplomática, constituindo a luta armada apenas uma das vertentes desta resistência global.

Além disso, a história dos últimos 17 anos consecutivos de resistência contra a ocupação indonésia é uma história de luta sangrenta onde se registou mais derrotas que vitórias, mais recuos que avanços; mais perdas que ganhos, caracterizando a nossa extrema pequenez e fraqueza ante o poderoso inimigo, uma história preenchida de acontecimentos desastrosos e tristes numa luta que nunca conheceu limites por um direito que é inalienável, legítimo e sagrado, cuja salvaguarda tem mobilizado e continua mobilizando todos os dignos filhos desta Terra, cada um ocupando o seu posto de combate, caracterizando a tenacidade e confirmando a solidez da determinação do nosso povo de resistir por todos os meios para se libertar das masmorras do colonialismo indonésio.

Com a captura do companheiro Ma'Huno, o último membro mais veterano da anterior Direcção da Luta, encerrou mais um capítulo triste da nossa história, mas abriu também uma nova página desta história, iniciando mais um outro capítulo, o capítulo da história da terceira geração da resistência. Por conseguinte, a história da resistência dos últimos 17 anos, é a história da sucessão de novas gerações, é a história da sucessão contínua da Direcção da Luta!

Tal como qualquer povo no mundo que se orgulha pelos seus feitos históricos, o nosso povo tem o orgulho de si mesmo por saber defender um direito que é legítimo e sagrado. O nosso povo tem o orgulho de ser um povo que tem uma Terra, uma Pátria! O nosso povo tem orgulho de ser um povo que tem uma identidade própria, política, étnica, religiosa, histórica e cultural que o difere dos indonésios. E, na luta pela preservação dessa identidade própria é que o povo timorense vem resistindo continuamente à ocupação indonésia sem medir sacrifícios, procurando ao mesmo tempo construir, no fragor da luta e sobre os cadáveres dos seus heróis tombados, a sua unidade, procedendo as dinâmicas transformações políticas necessárias no seu processo a fim de ampliar essa unidade nacional, transformando a resistência nacional patriótica numa resistência essencialmente, nacionalista. E, o CNRM, pelo seu carácter apartidário, é a encarnação viva dessa unidade nacional, aliás, o CNRM foi o produto das dinâmicas alterações políticas operadas ao longo do processo de consolidação da unidade nacional e, como tal, é a estrutura capaz de simbolizar essa unidade, digo, essa resistência nacionalista timorense em busca do objectivo comum - a libertação da pátria de todos os timorenses.

E enquanto não for alcançado esse objectivo, Senhor Presidente, asseguro-Vos que essa luta prosseguirá até as últimas consequências porque, nada nos resta se não morrer pela libertação deste pedaço de terra - a sagrada herança deixada pelos nossos ancestrais e, PÁTRIA ou NORTE!, é a ^{da nossa verdade} nossa afirmação de resistir!

/...

Das derrotas que veio sofrendo, a resistência timorense sempre procurou extrair as suas lições e recuperar novo alento moral e vigor patriótico para se recompor dos desíres sofridos, reorganizando-se para prosseguir a luta. O povo timorense está consciente do carácter sagrado dos seus direitos, os resistentes timorenses acreditam que a força da razão vencerá a brutalidade das armas e que o direito e a justiça triunfarão sobre o terror do crime e da injustiça, acreditam na sua Direcção e tem uma infinita esperança na vitória e, por isso mesmo, se entregam à luta sem vacilação.

Como nunca podia deixar de ser, a captura do líder máximo da resistência, o Comandante das FALINTIL, Xanana Gusmao, deixou marcas profundas na estrutura da resistência, produziu uma alteração na composição orgânica do CNRM e nas capacidades subjectivas da Direcção na condução do processo.

Com a captura do seu substituto, o companheiro Ma'Huno, produziu-se uma alteração ainda mais radical no plano de capacidades subjectivas do comando na condução do processo, tanto mais que os membros da Direcção ainda activos nas montanhas são novatos e têm enormes limitações no plano cultural para não falarmos de formação teórica e de experiências de direcção. Além disso, pelas dificuldades de comunicação entre os membros da Direcção, criou-se uma situação particularmente difícil para a resistência, caracterizada pelo "vazio da Direcção".

Todavia, essa situação de "vazio da Direcção" preencheu apenas um lapso de tempo porque, apesar de separados e quase totalmente incommunicáveis, conduzia-nos um pensamento e um desejo comum - o de nos reorganizarmos a resistência e prosseguirmos a nossa luta e cumprirmos o nosso dever de continuar a morrer pela libertação da nossa pátria. Graças aos dedicados esforços de todos nós, sobretudo, da Frente Clandestina no reestabelecimento dos canais de comunicação entre nós, foi possível a reorganizarmos a Direcção da luta e toda a resistência.

O CNRM, pelo carácter apartidário, continuou ^{sendo} o órgão máximo que dirige superiormente a luta no seu conjunto, sendo que o apartidarismo das FALINTIL constitui a condição indispensável para que a estrutura do CNRM se mantenha como tal. Nesse contexto, a manutenção do apartidarismo das FALINTIL continuará sendo um imperativo da luta e um compromisso político que deverá perracer tanto na guerra como para o depois da guerra, cabendo-lhes unicamente a nobre missão de defender a pátria, lutando pela sua libertação nessa guerra e defender, depois da guerra, a pátria e a futura constituição que garanta à todos os cidadãos o uso pleno das suas liberdades democráticas.

Fel as condições específicas ^{actuais} em que a resistência se desenvolve, decidiu-se passar a liderança máxima do CNRM ao Dr. José Manuel Ramos-Horta, então Representante Pessoal do Comandante das FALINTIL e Representante Especial do CNRM no exterior, à quem lhe depositamos total confiança e incondicional submissão.

Internamente funcionam dois órgãos da luta, o Conselho Executivo da Luta da Frente Armada-CEL/FA e o Comité Executivo da Luta da Frente Clandestina-CEL/FC, cujo funcionamento, na sua relação com o CNRM -o órgão máximo da luta, actuam como órgãos executivos subordinados, mas com a particularidade de que o CEL/FA continua desempenhando papel de liderança sobre o CEL/FC, respondendo superiormente ao líder máximo do CNRM no exterior.

Estamos reorganizando-nos a passos lentos mas seguros pois não podemos reconstruir o novo edifício da resistência sobre chão que ameaça ruir. Estamos prontos para o combate, sejam quais forem as dificuldades que o inimigo nos virá impôr. Aceitaremos morrer exterminados mas nunca nos vergaremos à pressão psicológica do ocupante!!!

Creia em nós, Senhor Presidente, embora reduzidíssimos estamos determinados para prosseguir a luta em busca da paz, da justiça e liberdade para o nosso martirizado povo e contamos com a firme solidariedade do Povo irmão de Portugal nessa luta, porque pela paz, pela liberdade e pela justiça estamos posicionados nas mesmas trincheiras.

2-Não obstante a euforia inicial que caracterizou a ofensiva diplomática e de sensibilização internacional de Jakarta na busca de apoios à sua reivindicação, tendo como trunfo o sucesso da captura de Xanana Gusmao, sucesso considerado por Jakarta como o seu maior troféu, tendo desfraldado e agitado bandeiras da sua final vitória, a verdade é que o tempo e as situações vieram provar mais uma vez que o problema timorense continua sendo uma pedra aguçada nos sapatos de Alatas, a questão timorense tornou-se uma preocupação mais acentuada da comunidade internacional que não se deixa levar pela propaganda mentirosa da Indonésia.

Embora triste, podemos constatar que a captura dos nossos líderes serviu mais uma vez para alertar a opinião pública internacional sobre o drama timorense, tendo motivado governos, organizações internacionais e de defesa dos direitos humanos, líderes mundiais e políticos destacados a pronunciarem-se sobre a questão timorense, pressionando (embora de forma reduzida e insuficiente, é claro) o governo indonésio pelo respeito à carta das Nações Unidas, às resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU relativas a Timor-Leste e pelo respeito dos direitos humanos dos timorenses, iniciativas essas que destacamos, de entre elas, o seguinte:

-A tomada de posição altamente louvável, digna e firme por S.Ex.cia, na qualidade de Chefe do Estado Português, logo após a captura do nosso líder máximo, Xanana Gusmao, tendo exigido ao governo indonésio a sua soltura imediata e incondicional e oferecendo-lhe asilo em solo português; não só mas também, rejeitando como nulo e ilegal toda e qualquer iniciativa do país invasor de julgar e condenar os nossos líderes e todos os nossos compatriotas presos nas cadeias dos ocupantes, exigin-

do da Indonésia^{a respeito} pelas resoluções da ONU relativas a Timor-Leste e pelo respeito também dos direitos humanos dos timorenses e ainda, o alto prestígio que S.Ex.ª tem na pessoa do nosso líder preso, Xanana Gusmao, como destacado lutador pela Paz, pela Justiça, pela Liberdade e Democracia, tendo-o condecorado com a medalha de ouro - é um gesto que define relação de confiança e engrandece os laços de secular história que ligam os dois povos irmãos: o povo português e o povo timorense. É um gesto também que nos encoraja e nos alimenta energias morais para persistirmos na luta pelos ideais por que o nosso líder se bateu.

-A surpreendente e apludida posição assumida pelo governo democrático dos EUA face a questão timorense quando, pela primeira vez na história dos 17 anos consecutivos de ocupação ilegal da Indonésia a Timor-Leste, um responsável da mais alta hierarquia da Casa Branca, como o Vice-Presidente dos EUA recebe oficialmente uma delegação da Resistência timorense, encabeçada por Constâncio Pinto; ou quando o Secretário do Estado norte-americano Warren Christopher ao receber o seu homólogo indonésio, Ali Alatas, na Casa Branca, manifesta a profunda preocupação do governo e povo americano quanto a contínua situação de violação de direitos humanos em Timor-Leste e a necessidade de se concluir o processo de descolonização do território ou ainda, a preocupação manifestada por Presidente Bill Clinton ao Presidente Soeharto, a quando do seu ~~encontro~~ último encontro em Tóquio, na ocasião da reunião dos 7 mais ricos do mundo, tudo isso revela ^{mudanças} de atitudes ou preocupação crescente do governo dos EUA face a questão timorense.

-A posição assumida pelo líder da ONU, Dr. Boutros Gahli, quando advoga o envolvimento da Xanana Gusmao e D. Ximenes Belo no diálogo sem pre-condições patrocinado pela ONU, na base da legitimização reivindicada da potência administrante sobre a participação de "representantes timorenses" ou ainda, a preocupação do mesmo líder da ONU ao fazer deslocar à Indonésia e também à Timor-Leste, do seu enviado especial, tendo contactado, em privado, com todos os líderes da guerrilha presos, em particular, com Xanana Gusmao - é um acontecimento sem precedentes nesses últimos dezassete anos de conflito em Timor-Leste.

-As posições assumidas por organizações internacionais de defesa dos direitos humanos como a "Amnesty International" e a "Asia Watch" logo após a captura de Xanana Gusmao se prontificaram a desenvolver uma intensa actividade de "lobby" junto de governos de vários países no sentido de facilitar que Xanana Gusmao receba asilo num terceiro país.

-A pronta disposição dos grupos indonesios de defesa dos direitos humanos como o "INFICTH" e o LBH na defesa de Xanana Gusmao, o que revela tão somente que o problema timorense não escapa até a solidariedade dos próprios indonesios, etc. etc.

Por tudo quanto foi dito, podemos concluir que ~~que~~ Timor-Leste continua a ser uma questão que, na mesma medida em Jakarta pretende argumentar "soberania", também se questiona o mesmo argumento, tornando, implicitamente, Timor-Leste um conflito que sugere solução internacionalmente aceitável.

Senhor Presidente da República

3-Apesar de todos esses desenvolvimentos políticos positivos, que giraram e continuam girando em torno da questão timorense e em torno também da questão dos nossos líderes presos, está longe de ser alcançada uma solução global, justa e internacionalmente aceitável para Timor-Leste e para a situação específica dos nossos dirigentes capturados. A causa disso deve-se unicamente a intransigência e a arrogância dos governantes indonésios na defesa das suas absurdas e inaceitáveis reivindicações sobre Timor-Leste.

Os líderes da guerrilha capturados e presos pelos invasores indonésios são líderes timorenses reconhecidos internacionalmente, são líderes de um povo que nunca fez parte da Indonésia todavia, estão sendo julgados e condenados à prisão perpétua, como é o caso de Xanana Gusmao, por tribunais indonésios que nunca tiveram a autoridade jurídica legal para realizar qualquer procedimento judicial contra os nossos líderes e contra os nossos compatriotas presos nas cadeias do ocupante, justamente porque Timor-Leste nunca foi reconhecido pela ONU como parte integrante da Indonésia, Timor-Leste continua ser um território sob administração portuguesa.

Situando o problema de Timor-Leste no contexto da ilegalidade da ocupação indonésia, com base no princípio da carta da ONU sobre o não uso da força e da ilegitimidade da conquista militar como argumento, digo, ^{como} fundamento aceitável da soberania", à luz do direito, da razão, e da justiça, pergunta-se, Senhor Presidente, qual ladrão que depois de ter assaltado a casa e feito reféns os seus donos e apoderado pela força a sua propriedade, tem razão para hoje colocar os donos da casa e da propriedade nos bancos do réu e, ele, o ladrão, o assaltador, o criminoso à cadeira do juiz?

Corroboramos, Senhor Presidente, os argumentos de que S.Ex.cia se baseou para rejeitar como nulo o julgamento feito pelos indonésios ao nosso líder e, declaramos rejeitar, por ilegitimidade e ilegalidade, o procedimento judicial a que Xanana Gusmao foi vítima como também de outros procedimentos com outros líderes e compatriotas nossos estão sendo ou serão, no futuro, sujeitos.

Nós aproveitamos esta oportunidade para apresentar, em nome

do Conselho Executivo do CNRM que dirige a frente interna da Resistência, em nome das gloriosas FALINTIL e em nome do povo timorense:

A-O nosso mais sincero elogio e a nossa gratidão pela posição assumida por S.Ex.cia o Senhor Presidente da Republica, no caso do nosso líder máximo, o reconhecido SIMBOLIO da resistencia timorense, Xanana Gusmao e na defesa intransigente da causa do nosso povo, assumindo com firmeza as obrigações políticas e morais que Portugal tem com relação ao povo timorense e o seu futuro político.

-Saudar com particular emoção a solidariedade do povo português e reafirmar a nossa convicção de que ^é a história dos séculos "de encontro de culturas-a lusa e a timorense" e em memoria das cruéis atrocidades ~~da~~ ditadura fascista de Salazar/Caetano de que o povo português foi vítima durante décadas, o povo irmão de Portugal jamais abandonará o povo timorense, seu irmão, na luta contra o regime militar fascista da escumalha sanguinária dos generais títeres de Jakarta, pela conquista da paz, da justiça, da liberdade e da democracia, que constituem o expoente comum da luta dos povos oprimidos pela tirania.

-Apelar Portugal para que na qualidade de potência administrante do territorio, defina uma estratégia clara e objectiva com relação ao problema timorense, a fim de levar a bom termo o processo de descolonização de Timor-Leste interrompido pela invasão e ocupação do território pelas forças armadas da república da Indonésia, desde 7 de Dezembro de 1975.

-Apelamos a Portugal no sentido de levar, à prática, a sua proposta de paz, baseada no "diálogo sem pré-condições" patrocinado pela ONU, com participação de todos os interessados na questão, incluindo os "representantes timorenses" com vista a encontrar, o mais cedo possível, uma solução global, justa, duradoura e internacionalmente aceitável para o arrastado problema timorense, encurtando ou pondo fim aos sofrimentos do povo timorense, nunca cedendo às reivindicações indonésias.

-Apelamos também Portugal para que continue batalhando em defesa dos direitos humanos dos timorenses, dos nossos líderes capturados buscando todos os meios legais de que se dispõe para, em colaboração estreita com a ONU e governos amantes da Paz, da justiça e liberdade, tendo em particular atenção o governo democrático dos EUA, para conseguir a libertação do nosso líder, Xanana Gusmao, e consequentemente conseguir asilo num terceiro país, em particular, o chão luso que S.Ex.cia generosamente ofereceu.

B-Reafirmar perante S.Ex.cia o Senhor Presidente da República e, através de S.Ex.cia, ao povo português e ao mundo inteiro, o nosso RECONHECIMENTO e a nossa inabalável CONFIANÇA na pessoa do companheiro Kay Rala Xanana Gusmao, injusta e ilegalmente condenado pela Indonésia, como o SIMBOLIO da resistência timorense e, na pessoa do Ma'Huno Bulerek Karathayano, como um líder incontestável do nosso povo, com os quais, a nossa amizade, a nossa confiança mútua, o nosso companheirismo e a nossa

fraternal solidariedade baseada no ideal comum que juntos perseguimos, contraídas na luta, na dor, nos sacrifícios e na morte, que a guerra teve teve o condão de forjar e moldar jamais cessarão e nos ligarão pela perenidade dos séculos.

Todavia, embora reconhecendo a reputação que os nossos líderes, à testa da nossa luta, granjearam na arena política internacional, considerando também a implantação que os mesmos tiveram e têm na consciência dos timorenses que os veneram; considerando também a nossa amizade e a nossa confiança que a luta fez gerar e o suor vertido nos 17 anos fertiliza; mas, por outro lado, considerando também a situação específica em que os mesmos se encontram nas mãos dos indonésios - situação possível de ser explorada pelos criminosos ocupantes - nós reafirmamos a confirmação da actualização da decisão do CNRM sobre o congelamento das funções de Kay Rala Xanana Gusmao, como Chefe Supremo da Resistência e Comandante das FALINTIL, contida no documento "declaração 20 de Novembro", decisão que hoje abrange também as funções de Ma'Huno Bulerek Karathayano, como líder substituto de Xanana Gusmao e Secretário da Comissão Directiva da FRETILIN-CDF. Porém não se questiona a futura participação de Xanana Gusmao no "diálogo sem pré-condições" patrocinada pela ONU, envolvimento advogado pelo Secretário-Geral da ONU, Dr. Boutros Gahli, na base da legítima reivindicação avançada pela potência administrante, sobre participação de "representantes timorenses".

Queremos aproveitar esta oportunidade também para manifestar a nossa preocupação pela integridade física do nosso líder, Xanana Gusmao - o mil vezes querido e estimado companheiro, que apesar da situação em que se encontra, continua aceitando o sacrifício da sua própria vida a negar os sagrados direitos do seu povo, tendo no acto final do seu julgamento, lido o seu depoimento, afirmando, bem alto e em bom som, nunca ter sido cidadão indonésio (documento cuja cópia apareceu "milagrosamente" no ocidente) nunca deixará de provocar a ira vingativa dos assassinos indonésios.

A condenação do nosso líder foi uma pena já pré-estabelecida pelas autoridades indonésias. O julgamento do nosso líder foi uma farsa, uma autêntica farsa! Os governantes indonésios fizeram-no com objectivo de conseguir fins político-diplomáticos, para lavar a mancha da sua honra desprestigiada, para recuperar a sua credibilidade perdida na cena política internacional.

Se os indonésios assassinos não condenaram a morte o nosso líder, esta atitude nunca deve ser considerada como um acto de compaixão ou um gesto de clemência. Os assassinos indonésios são assassinos, sempre foram assassinos! São peritos em matéria de assassinato, são assassinos da melhor marca! Os assassinos indonésios nunca foram honestos, se pre manifestaram política de má-fé e há muito que recear deles, podem assassinar o nosso líder por envenenamento. Existem factos precedentes q

que nos levam a pensar seriamente nessa possibilidade. A morte, por envenenamento, do falecido João Martins, fundador e membro do Presidium da APCDETI, por se ter oposto a forma brutal com os indonésios pretenderam levar Timor-Leste a integração na Indonésia é um facto precedente, de entre outros tantos, que não deve ser minimizado com relação ao nosso líder condenado a prisão perpétua.

Sendo assim, apelamos mais uma vez a Portugal no sentido de buscar todos os meios disponíveis, digo, possíveis, através da ONU, para libertar Xanana Gusmão dessa situação indesejada por todos nós.

II-Diálogo é o melhor caminho para a Paz em Timor-Leste

Senhor Presidente da República

É convicção de todos de que o diálogo é o melhor caminho para a paz!, porque só o diálogo permite encontrar a melhor solução para qualquer conflito no mundo. Consequentemente, só o diálogo entre todas as partes envolvidas na questão timorense pode permitir encontrar uma solução global, justa e internacionalmente aceitável para Timor-Leste, satisfazendo todas as partes envolvidas na questão timorense e garantindo uma paz também justa e duradoura para o seu povo.

Há já muito que, sob os auspícios da ONU, a Indonésia e Portugal vem realizando negociações sobre Timor-Leste. As manobras levadas a cabo ^{por} Jakarta nunca permitiram o envolvimento da Resistência nesses diálogos que sempre redundaram em fracasso.

Isso acontece porque Jakarta vinha conduzindo a sua política no sentido de legitimar a anexação de Timor-Leste na Indonésia, apostando na exterminação total da guerrilha e no "progresso" porque pensava que a partir daí, a população timorense poderia concordar com a anexação por um lado e, por outro, o progresso por si indicava ausência da resistência.

Além disso, essa atitude se deveu também à fraca pressão internacional sobre a Indonésia no sentido de força-la a aceitar dialogar com a Resistência.

Os adiamentos sucessivos que se vem registando no processo do diálogo entre Portugal e a Indonésia, se por um lado indicava insuficiência de condições criadas para conseguirmos uma maior pressão sobre a Indonésia no plano internacional, no sentido obrigá-la a aceitar o diálogo com a Resistência, por outro lado, a Indonésia buscava com isso ganhar tempo para materializar os seus objectivos: exterminar totalmente a guerrilha e melhorar a situação sócio-económica das populações do território através do dito "progresso" a fim de reduzir ao mínimo a pressão internacional, abrindo as portas de Timor-Leste ao estrangeiro on-

de os olhos dos seleccionados visitantes viriam confirmar o rápido progresso da ex-colónia portuguesa, justificando assim a sua presença ilegal pelo progresso.

Mas a política de "abertura de Timor-Leste" visava confirmar progresso, trouxe também novas forças em confronto com a política do ocupante.

A partir de 1989, entrava em jogo o movimento estudantil, resultando em que Timor-Leste reaparece pela perspectiva dos Direitos Humanos e em mãos da solidariedade internacional.

Tanto em terras do ocupante como no interior de Timor-Leste o movimento estudantil dava sinais de passagem da resistência das montanhas para as zonas controladas pelo invasor. Era, portanto, a inversão de papéis nas forças da resistência contra o invasor. A resistência popular, melhor dito, a resistência política desenvolvida no seio das linhas inimigas começava a assumir primazia na campanha de sensibilização internacional enquanto que as FALINTIL descem no terreno. As manifestações estudantis realizadas aquando da vinda do Santo Padre, em Outubro de 1989 e outras seguintes, sendo a mais importante, foi a de Santa Cruz, brutalmente reprimida, chamaram a atenção da comunidade internacional sobre o drama timorense.

Jakarta porque já não podia negar a resistência, sendo a violação dos direitos humanos a característica dominante, o diálogo entre Lisboa e Portugal veio sofrendo alterações. O facto dos adiamentos contínuos, se para dar tempo as forças invasoras varrerem o terreno, tão somente demonstrava que as bases políticas da política do ocupante começavam enfraquecer. Isso corresponde a dizer, noutros termos, que os tempos vão mudando e confirmando que o povo timorense tomou já consciência do carácter sagrado dos seus direitos pelo que negar a resistência no diálogo não será algo fácil ao ocupante fazer, porém a Indonésia persiste teimosamente nisso.

A evolução da solidariedade internacional por Timor-Leste que partiu da informação da opinião pública internacional sobre Timor-Leste, melhor dito, sobre a violação dos direitos humanos em Timor-Leste pelas tropas indonésias passou a tender para a "preocupação" no drama de Timor-Leste por nações e foruns internacionais e Portugal passou a assumir uma posição de maior firmeza na defesa dos direitos do Povo timorense.

A condenação internacional da Indonésia no caso do massacre da Santa Cruz, pensamos ser o início da prática de "preocupação" sobre Timor-Leste, situação que veio embaraçando a Indonésia no seu relacionamento com outros países, inclusive os seus amigos.

Esta prática de "preocupação" se tornou mais evidente após a captura dos líderes da guerrilha sendo, por isso mesmo, que a captura dos líderes máximos da guerrilha não representou, de forma alguma, a ne

gação dos direitos do povo timorense ou a solução definitiva da questão timorense a favor das reivindicações da Indonésia, mas confirma tão somente a verdade de que, na mesma medida em que Jakarta pretende argumentar "soberania" também se questiona o mesmo argumento tornando, implicitamente, Timor-Leste como um conflito que requer uma solução internacionalmente aceitável, porque Timor-Leste é uma questão de descolonização, portanto, sob a alçada jurídica do direito internacional.

Mas uma solução internacionalmente aceitável como prevê a ONU através da sua resolução 37/30 de 1982, não chega a menos que a resistência timorense, a parte mais interessada porque a mais prejudicada no conflito que já vai a caminho de 18 anos consecutivos, entre no diálogo logo auspiciado pela ONU.

Portugal ao fazer avançar a proposta de "diálogo sem pré-condições patrocinado pela ONU" reivindicando com legitimidade a participação dos "representantes timorenses", deu um passo significativo na busca de uma solução justa e internacionalmente aceitável.

Existe um clima internacional favorável aos esforços portugueses e da resistência de aumentar a pressão internacional sobre Jakarta para aceitar e sentar-se à mesa do diálogo com os timorenses com vista a buscar-se uma solução político-diplomática para a questão timorense.

Portugal assume hoje uma posição mais responsável e firme com relação a questão timorense, como potência administrante legal e tem as bases da sua diplomacia bem alargadas no contexto da CEE.

Todavia, Senhor Presidente, permita-nos reconhecer as dificuldades que julgamos constituir o obstáculo para Portugal, em fazer valer a sua proposta.

As grandes dificuldades encontradas no contexto da CEE para a construção da Europa comunitária, a grande crise económica que assola hoje o mundo e, em particular, o ocidente europeu, os grandes custos da reunificação alemã, os interesses nacionais de cada país membro da CEE e a dependência económica de Portugal aos países mais ricos da comunidade, fazem de Portugal a potência administrante mais fraca para conseguir apoio firme dos seus parceiros pressionando a Indonésia a aceitar a proposta portuguesa.

A Indonésia ao explorar essa situação, veio adoptando uma atitude de má fé, uma atitude destinada a produzir efeitos dissuasores com relação a política de cooperação económica, digo, de desenvolvimento adoptado pelos países comunitários que estabelece a relação entre política de desenvolvimento e política de direitos humanos e tem procurado dividir os "doze" e fazê-los renunciar aos princípios e regras adoptadas nesse domínio.

Os acordos firmados entre Bona e Jakarta no plano de coope-

/...

ração tecnológica, económica e comercial, a venda de navios de guerra a Indonésia e os elogios que o Primeiro Ministro alemão, Helmut Col fez ao governo indonésio no plano de melhoria do respeito pelos direitos humanos, são sinais reveladores que confirmam que os interesses económicos se sobrepoem aos valores do direito, da justiça e dos princípios, confirmando a eficácia da atitude adoptada por Jakarta com relação ao "doze".

Do lado da resistência, a disparidade de iniciativas tomadas, constituem outro escolho que dificulta o consenso e não ajuda Portugal na implementação da sua proposta. Jakarta vem tentando explorar as diferenças verificadas na resistência e procura dividi-la.

Enquanto isso, contrariamente ao que tem sido notícia no estrangeiro, o invasor aumenta os seus efectivos em Timor-Leste, introduz no território mais armas pesadas, essencialmente morteiros, desencadeia actualmente uma derradeira ofensiva contra a guerrilha em todo o território, apoiada de bombardeamentos intensos de morteiros às zonas de guerrilha com o objectivo de exterminar total e definitivamente a guerrilha.

No terreno político junto às populações, o inimigo intensifica uma grande campanha de intimidação e de "conquista de corações", prometendo libertar os líderes da guerrilha capturados, essencialmente o companheiro Ma'Huno, promessa destinada a produzir efeitos psicológicos junto à guerrilha.

Jakarta parece estar decidida a repetir as suas experiências do passado, agora mais "confiante" de que vai ganhar porque assegura-se a si mesmo de que o "fim da resistência no interior do território tem os dias contados", para além de que Jakarta parece acreditar que Portugal adopta uma estratégia de dependência à Resistência.

Tudo isso tem em vista preparar o terreno para se firmar melhor nas próximas negociações a realizar entre Portugal e Indonésia prevista para o mês de Setembro em Nova York, continuando a rejeitar a participação dos representantes timorenses na base do "diálogo sem pre-condições" proposto por Portugal.

Neste contexto, o problema timorense encontra-se numa encruzilhada e há que tomarmos medidas corajosas para desbloquear esta situação.

Cabera, naturalmente, aos timorenses a responsabilidade de tomar as iniciativas para desbloquear essa situação, todavia, é nossa convicção de que Portugal, ao considerar o problema timorense como um problema nacional, compartirá essa responsabilidade com os timorenses.

Uma solução internacionalmente aceitável tem como base numa resolução que beneficie todas as partes envolvidas na questão timorense.

O diálogo sem pre-condições abre um vasto campo de manobras

/...

- a todas as partes interessadas na questão timorense, é verdade, mas também não é menos verdade que ele, diálogo sem pré-condições não encoraja a Indonésia a aceitar dialogar com a resistência.

Se o diálogo sem pré-condições oferece à todos a oportunidade ^{apresentar} para todas as soluções possíveis, ^{que} damos todo o nosso apoio, pensamos que que é já altura para sermos mais realistas, pensamos que devemos adiantar já propostas concretas que levem a Indonésia a aceitar a resistência na mesma mesa do diálogo.

A resistência timorense sempre manifestou disposição de assumir compromissos políticos, de fazer importantes concessões. Estamos conscientes que nenhum direito nesse mundo é ilimitado. Isto equivale a dizer que, tal como qualquer cidadão tem os seus direitos limitados pela lei da constituição do seu país, assim também os direitos do nosso povo acabam onde os direitos indonésios começam.

A solução mais realista para o problema timorense pode-se encontrar nas iniciativas de paz avançadas ao Parlamento Europeu e ONU pelo Representante Especial do CNRM no exterior, Dr. Ramos-Horta, em '92. Acreditamos que esta proposta de paz avançada pelo nosso líder actual é a mais realista porque contém todos os elementos que garantem, por um lado, o exercício do direito a auto-determinação do nosso povo e, por outro lado, respeita os interesses do país invasor. É, por conseguinte, a proposta que pode vincar.

Nós, no interior de Timor-Leste, apoiamos este plano de paz do nosso líder integralmente e pensamos que Portugal poderia fazer, desta proposta, sua.

Ao confirmarmos mais uma vez o "status" de líder máximo da resistência, do CNRM, ao Sr. Dr. José Manuel Ramos-Horta, conferimos-lhe poderes para tomar todas as iniciativas estratégicas que visem defender os direitos do nosso povo e encurtar o seus sofrimentos.

Porque reconhecemos o papel histórico desempenhado pela Igreja Católica em Timor-Leste, reiterando o pensamento expresso de "representantes timorenses" na concepção do Secretário Geral da ONU, Dr. Boutros Gahli, reafirmamos que o envolvimento do respeitado Bispo D. Ximenes Belo no "diálogo sem pré-condições patrocinado pela ONU" proposto pela potência administrante, é um imperativo na busca de uma paz verdadeiramente justa e duradoura para Timor-Leste.

Senhor Presidente da República

Aproxima-se a nova ronda negocial entre Jakarta e Lisboa marcada para o mês de Setembro próximo em Nova York, mas não há indícios do lado da Indonésia que possa garantir-nos a sua disposição de diálogo com os "representantes timorenses". Pelo facto, pensamos que esta ronda negocial terá a mesma sorte das anteriores.

É nesse sentido que apelamos à Portugal no sentido de avançar com propostas mais concretas e aceitáveis a fim de que a parte Indonésia se decida dialogar com a resistência, de forma directa ou indirecta para desbloquear o impasse e, finalmente, encontrarmos a tão desejada e anseada paz, através da solução internacionalmente aceitável para a questão timorense.

Estamos conscientes que num conflito quando as condições não estiverem todas criadas, uma das partes não aceita dialogar e, no nosso caso, a Indonésia continua inflexível porque as condições para conseguirmos uma maior pressão internacional sobre ela ainda continua fraca. Disso estamos plenamente conscientes.

Ninguém mais do que nós, os timorenses, desejará por fim o mais rapidamente possível, o martírio do nosso povo. É por isso que temos manifestado permanentemente a nossa disposição em dialogar e, sobretudo, em fazer concessões. Mas se o governo indonésio continuar a manter-se intransigente na sua postura de rejeitar o dialogo com a resistência, nós não teremos outra solução a escolher senão prosseguir o nosso combate com maior firmeza política porque é assim também que o nosso povo deseja. Estamos certos que continuando a resistir, criaremos as condições que ainda faltam para conseguirmos uma maior pressão internacional sobre a Indonésia ^{para} ser mais flexível e aceitar dialogar com os timorenses.

Ao longo destes últimos quase 18 anos consecutivos sempre viamos manifestando ter paciência e saber esperar sem deixar de lutar sempre com maior determinação.

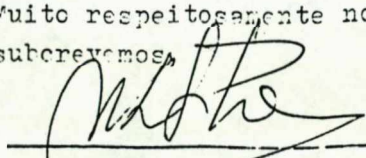
E acreditamos que algum dia será possível encontrar-se a tão desejada e esperada paz para Timor-Leste.

O mundo vive hoje uma era de grandes mudanças. Muita coisa mudou e muita coisa vai mudar, tem que mudar porque é assim o mundo, porque o mundo não pode viver sem mudanças. Disso ensinou-nos a história da humanidade. E aqui que reside também as enormes esperanças do nosso povo!

Acreditamos na perspicácia, na inteligência e na capacidade de imaginação criadora dos negociadores portugueses e estamos certos que Portugal saberá, com dignidade, cumprir o seu dever.

Terminamos renovando os nossos votos de muita confiança e esperança de que da próxima ronda negocial se verá finalmente uma luz no fundo do tunel da questão timorense.

Muito respeitosamente nos
subcrevemos,


Mino Konis Santana
Chefe de Conselho Executivo

Na montanha de Timor-Leste, on 14 dia do mês de Agosto de 1993